

20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



Eixo Temático: Educação, Trabalho e Currículo Integrado

CONCEPÇÕES DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS INTEGRADAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Eneida Aparecida Machado Monteiro¹ Thaísa Lemos de Freitas Oliveira² Agustina Rosa Echeverría³

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar as concepções de Práticas Profissionais Integradas (PPI) presentes nos regulamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região Centro-Oeste e os modos de organização destas nos projetos pedagógicos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dessas instituições. Apesar do retrocesso nas diretrizes para a educação profissional, advindo da Resolução 01/2021, identificamos que a maioria das instituições reafirmaram e ampliaram as concepções de PPI presentes na legislação anterior (Resolução 06/2012), mantendo um compromisso com a formação para o mundo do trabalho na perspectiva da formação integrada, incentivando metodologias que integrem formação geral e formação técnica. Ao identificar essas diferentes abordagens, modelos e estratégias adotadas pelos Institutos Federais para promover a integração entre a educação básica e profissional, espera-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada das práticas profissionais e suas implicações para a formação humana integral dos estudantes no ensino médio integrado.

Palavras-chave: Ensino médio integrado. Currículo integrado. Prática profissional integrada.

INTRODUÇÃO

A possibilidade de oferta da formação geral integrada com a formação profissional, em matrícula única, surgiu com a promulgação do Decreto 5.154/2004, representando uma nova abordagem educacional em resposta à crise enfrentada pelo ensino médio. De acordo com o

¹ Pedagoga no Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Campus Ceres; Doutoranda do Programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (PPGECM-UFG); eneida.monteiro@discente.ufg.br.

² Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Goiás (IFG), Campus Inhumas; Doutoranda do Programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (PPGECM-UFG); thaisaoliveira@discente.ufg.br.

³ Professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG); Licenciada, Bacharel e Mestre em Química pela Universidade da Amizade dos Povos de Moscou, Rússia, Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); agustina echeverria@ufg.br.



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (Brasil, 2007), essa crise foi marcada pela escassez de vagas, decorrente da insuficiência de financiamento público para esta etapa da educação básica, bem como pelo caráter de dualidade histórica do ensino médio. Tal dualidade da escola pública brasileira foi caracterizada como uma escola do conhecimento para os ricos e uma escola do acolhimento social para os filhos da classe trabalhadora, conforme apontado por Libâneo (2012).

Com a oferta do Ensino Médio Integrado (EMI), surge a demanda por um currículo que integre de forma indissociável a educação profissional e a educação básica, superando a visão limitada do trabalho como uma mera atividade econômica, reconhecendo-o como a base para a produção material das necessidades humanas. E, deste modo, os eixos fundamentais dessa perspectiva curricular incluem a integração das dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia (Ramos, 2007).

Dentre as estratégias para a promoção da integração curricular no EMI destacam-se as Práticas Profissionais Integradas (PPI) que, em termos de concepção, formas de articulação e desenvolvimento no currículo, aparecem primeiramente regulamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, Resolução nº 06/2012 (Brasil, 2012). Ao estabelecer a organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados (PPC), o parágrafo 1º do artigo 20 desta resolução enfatiza que o currículo deve deixar explícito a prática profissional a ser desenvolvida nos ambientes de aprendizagem, também considera o Estágio enquanto prática profissional, só que a ser desenvolvida em situação real de trabalho, de forma supervisionada. Observa-se, desta forma, que nesta resolução as PPI são compreendidas para além da atividade prática para o exercício específico de uma profissão:

Art. 21 A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de especialização profissional técnica de nível médio.

§ 10 A prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras (Brasil, 2012, p. 6-7).

Esse direcionamento implica que a prática profissional não se restringe a uma atividade extracurricular ou opcional, mas sim uma parte essencial na constituição do currículo na

20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



educação profissional. No entanto, essa perspectiva é alterada com a publicação da Resolução CNE 01/2021, que revoga a Resolução nº 06/2012 e institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Nesta resolução, apesar de estabelecer que o currículo deverá deixar explícito o tipo de prática profissional a ser desenvolvida, não se apresenta mais a concepção de PPI, enfatizando o Estágio supervisionado como a principal atividade de prática profissional a ser desenvolvida pelos estudantes, de modo que, com essa nova resolução, as PPI perdem o caráter de atividades que possibilitam a integração curricular, com a vivência do mundo trabalho sendo direcionada para a formação técnica específica.

A clareza de sentidos e concepções nos permitem compreender melhor a intencionalidade da prática pedagógica e sua coerência com os princípios e fundamentos do EMI. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções de PPI presentes nos regulamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) da região Centro-Oeste e os modos de organização destas nos PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dessas instituições, à luz das mudanças curriculares previstas na legislação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho adotamos como modalidade de investigação a pesquisa documental de caráter qualitativo, cujas fontes de dados foram os regulamentos institucionais e PPC de cursos técnicos integrados ao ensino médio dos IF da região Centro-Oeste do país, publicados em formato digital e com acesso público pelos sites destas instituições (Quadro 1). Foi selecionado um PPC por instituição, na modalidade técnico integrado ao ensino médio, que foram atualizados a partir da publicação da Resolução 01/2021.

Quadro 1: Documentos analisados, organizados por instituição.

INSTITUIÇÕES⁴	REGULAMENTOS	PPC/CURSOS
IFB	Projeto Pedagógico Institucional, 2017.	Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio, 2023.

⁴ IFB-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; IF Goiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul; IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



IF Goiano	Regulamento dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, 2020; Diretrizes do Ensino Médio Integrado, 2019.	Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, 2022.
IFG	Regulamento Acadêmico dos cursos da Educação Profissional Técnica de nível Médio integrado ao Ensino Médio, 2021; Diretrizes Curriculares para os cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 2023.	Técnico em Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio, 2022.
IFMS	Regulamento da Organização-Didático Pedagógica, 2023.	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, 2022.
IFMT	Regulamento Didático, 2020. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2019.	Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio, 2023.

Fonte: elaboração própria

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente analisamos os Regulamentos Institucionais, a fim de identificar a presença ou não de definições para as PPI, buscando revelar quais as concepções predominantes adotadas pelas instituições pesquisadas, a partir da legislação vigente. É importante destacar que a partir das Diretrizes indutoras do CONIF (2018), alguns IF criaram diretrizes próprias para a organização curricular do Ensino Médio Integrado, por isso também constaram entre os documentos analisados. Desta análise, identificamos as seguintes situações: regulamentos que apresentam a concepção de PPI e aqueles que não apresentam, de forma explícita, a nomenclatura ou a definição dessa modalidade (Quadro 2).

Os regulamentos do IFG, IF Goiano e IFMS apresentam definições para as PPI bem claras e estabelecem as formas e metodologias com que essas atividades podem se materializar no currículo e na prática pedagógica. No IFB não encontramos em nenhuma seção do documento uma discussão sobre as PPI. Ao buscarmos outras fontes documentais no portal da instituição, estas também não foram encontradas. No caso do IFMT, apesar de não explicitar nos documentos a nomenclatura "Prática profissional integrada" observamos que, nas orientações para a organização do currículo, aparecem concepções relacionadas ao que se estabelece como PPI nas outras instituições analisadas, ou seja, há orientações para práticas pedagógicas colaborativas entre as disciplinas de formação geral e formação técnica.

20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



Quadro 2 - Concepções e tipos de PPI em Institutos Federais da região centro-oeste.

INSTITUIÇÃO	CONCEPÇÃO DE PPI	TIPOS DE PPI	
IFG	[] atividades que propiciem práticas associadas à vivência do mundo do trabalho, à formação para as relações interpessoais, ao aperfeiçoamento técnico-científico-cultural, à intervenção social, visando à construção de competências profissionais; [] metodologia de trabalho prevista no Projeto Pedagógico do Curso que se destina a promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nas disciplinas, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação com o perfil do egresso.	Projetos integradores, em que devem ser consideradas ações específicas destes, o desenvolvimento de experimentos e atividades específicas em ambientes simulados (empresas juniores, ateliês, laboratórios, oficinas, dentre outros).	
IF GOIANO	[] metodologia de trabalho que se destina a promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nos diferentes componentes curriculares, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.	Projeto de ensino-aprendizagem; Projeto integrador; Atividades interdisciplinares; Regência compartilhada; Estudos de casos; Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas, ateliês, feiras, exposições, eventos e outros; Visita técnica; Gincanas; Atividades de pesquisa e extensão, entre outras.	
IFMS	Prática profissional integradora, relacionada aos fundamentos científicos e tecnológicos previstos no Projeto Pedagógico de Curso, tendo a pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante desenvolver permanentemente a aprendizagem.	Visitas técnicas, projetos e atividades, desenvolvidos em ambientes específicos, tais como laboratórios, oficinas, incubadoras, empresas ou instituições parceiras e estágio não obrigatório.	
IFMT	Não traz a definição de PPI	Não descreve	
IFB	Não traz a definição de PPI	Não descreve	

Fonte: elaboração própria.

Observamos também que, nas instituições IFG e IF Goiano, as concepções de PPI são mais abrangentes do que é preconizado pela legislação, seja na Resolução anterior, 06/2012, ou na que está em vigência, que é bem mais restrita. No caso do IFMS e IFMT, verificamos que as concepções estão ainda em consonância com a Resolução 06/2012, que amplia as PPI para além do Estágio Supervisionado.

A segunda análise documental foi realizada nos PPC de cursos técnicos integrados ao ensino médio, de modo a identificar a relação da proposta curricular com as concepções e tipos de PPI que estão definidas pelos documentos norteadores das instituições. Embora as abordagens e



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



metodologias empregadas nas PPI sejam diferentes entre os PPC, destacamos como ponto comum entre eles o foco na formação integral dos estudantes, por meio da articulação e integração entre a formação técnica e a formação geral. Quanto às diferenças, destacamos a ênfase dada às PPI no desenvolvimento curricular e as principais metodologias adotadas, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Ênfase e principais metodologias das PPI.

INSTITUIÇÃO E CURSOS	ÊNFASE DAS PPI	METODOLOGIA
		PRINCIPAL
IFMT – Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio	Na prática por meio de visitas técnicas, projetos e atividades em laboratórios.	Projeto Integrador
IFG – Técnico em Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio	No estágio curricular supervisionado e nas práticas profissionais simuladas.	Projetos interdisciplinares
IF Goiano - Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	Na adoção das PPI como metodologia pedagógica, promovendo a integração curricular.	Atividade integradora
IFMS – Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	Nos fundamentos científicos e tecnológicos previstos no PPC, tendo a pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.	Por meio de visitas técnicas, projetos e atividades desenvolvidos em ambientes específicos, como laboratórios, oficinas, incubadoras, empresas ou instituições parceiras e estágio não-obrigatório.
IFB – Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio	Não menciona explicitamente as PPI, mas destaca projetos integradores e oficinas como práticas pedagógicas.	Metodologia de projetos

Fonte: elaboração própria.

O PPC do curso Técnico em Florestas Integrado ao Ensino Médio (IFMT) destaca que a prática profissional integrada envolve o "fazer", sob uma perspectiva mais instrumentalizadora, por meio da ação ativa do aluno na resolução de problemas durante atividades em sala de aula, atividades de laboratório, estudos de caso, entre outras. Além disso, ressalta que o projeto integrador é um componente curricular com carga horária de 68 horas por ano, totalizando 204 horas, e assim como as demais disciplinas, terá um docente responsável pela sua organização e acompanhamento.

O PPC do curso Técnico em Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio (IFG) não segue a proposta de projetos integradores preconizada nos regulamentos e dá ênfase ao estágio



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



curricular como prática profissional supervisionada, bem como na prática profissional simulada desenvolvida em sala ambiente ou em situação de laboratório. Além disso, destaca os projetos interdisciplinares como metodologia de ensino, pesquisa e extensão.

A fim de promover a integração dos referidos núcleos básico, articulador e profissional, o PPC do curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (IF Goiano) destaca a atividade integradora como um componente curricular de 40 horas por ano, totalizando 120 horas ao final do curso. Além disso, enfatiza a realização de reuniões periódicas de planejamento coletivo para definir o conteúdo a ser desenvolvido.

No PPC do curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (IFMS) não há detalhamento das metodologias das PPI, apenas destaca que podem ocorrer por meio de visitas técnicas, projetos e atividades desenvolvidos em ambientes específicos, como laboratórios, oficinas, incubadoras, empresas ou instituições parceiras e estágio não-obrigatório. O PPC do curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio (IFB) embora não faça menção às PPI, destaca de forma detalhada o desenvolvimento de projetos integradores e oficinas, em comparação com os demais PPC.

Dessa forma, a partir dos resultados obtidos da análise dos PPC bem como dos regulamentos institucionais, evidenciamos que os IF da região centro-oeste adotam abordagens distintas para as PPI, sem, no entanto, fornecer detalhes específicos sobre como serão desenvolvidas as metodologias na prática pedagógica, o que pode resultar em variadas formas de implementação nos diferentes cursos das instituições. Todavia, merece destaque o fato de que, apesar das diferentes abordagens, a ênfase dada às PPI segue, majoritariamente, em conformidade com as orientações contidas na Resolução 06/2012, o que denota um posicionamento político frente aos retrocessos trazidos pela Resolução 01/2021, no que se refere a perspectiva da formação profissional integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que as instituições de ensino analisadas adotam abordagens diversas em relação à implementação das Práticas Profissionais Integradas (PPI). Ao examinarmos os Regulamentos Institucionais e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), observamos uma variedade de perspectivas e estratégias empregadas para promover a integração entre a formação técnica e a formação geral dos estudantes.



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



Em relação aos Regulamentos Institucionais, constatamos que algumas instituições apresentam definições claras para as PPI, estabelecendo formas e metodologias para sua implementação, enquanto outras não fazem menção explícita a essa modalidade. Além disso, verificamos que outras instituições, como o IFG e IF Goiano, apresentam concepções mais abrangentes de PPI, indo além do que é preconizado pela legislação.

A análise dos PPC dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos permitiu identificar as diferentes abordagens e metodologias utilizadas na implantação das PPI nos currículos. Apesar das divergências, foi possível destacar como ponto comum entre eles a preocupação com a formação integral dos estudantes, mesmo diante das diferentes estratégias para se promover a articulação entre a formação técnica e a formação geral, como demonstraram as ênfases dadas às PPI e as principais metodologias adotadas nos cursos analisados. Esse fator, no entanto, pode estar relacionado à falta de maior detalhamento nos regulamentos institucionais sobre como serão desenvolvidas essas metodologias na prática pedagógica, o que representa um desafio a ser enfrentado para promover uma integração efetiva entre a educação básica e profissional, visando à formação humana integral dos estudantes no contexto do ensino médio integrado. Machado (2010), ao discutir os desafios para a construção da formação integrada, enfatiza que o currículo é uma prática socialmente construída e historicamente formada, e por isto, não é estático, nem se vincula apenas aos conhecimentos que se deseja transmitir. É também reflexo das práticas políticas, administrativas, pedagógicas, condições estruturais, materiais e sobretudo, da formação dos educadores. Deste modo, dadas as inúmeras formas de concepções e de disputa que envolvem os currículos, as experiências de integração no ensino médio integrado à educação profissional irão se revelar por vezes diversas e até controversas.

Assim, concordamos com a autora supracitada ao ressaltar a necessidade de que as instituições, no processo de construção dos currículos, tenham compromisso com a capacitação e formação continuada dos docentes, por meio de processos formativos abertos, dinâmicos e participativos, que resgatem a autonomia e a criatividade, ressignificando processos de ensino e aprendizagem, mas que, ao mesmo tempo, fortaleçam os princípios fundamentais que orientam o ensino médio integrado.



20 a 22/05/2024 Unijuí, campus ljuí



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as bases da educação nacional. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-publicacaooriginal-16200-pe.html. Acesso em: 07 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento-base.pdf. Acesso em: 07 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N. 06/2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de setembro de 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N. 1/2021.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de janeiro de 2021. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 mar. 2024.

CONIF, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2022). **Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil**. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil digital.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 1, p. 13–28, jan. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001. Acesso em: 04 abr. 2024.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline (org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo - desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 80-95.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio integrado**. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127.